

COMITÊ GESTOR NACIONAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEL

PLANO NACIONAL DE AÇÃO
PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO
SUSTENTÁVEL

Fase 1

Brasília
Outubro/07

1- Introdução/Histórico

Na década de 90, o ambiente industrial brasileiro passou a incorporar os procedimentos de reciclagem, prevenção de poluição e outras preocupações com passivos ambientais, dentro do modelo de comando e controle.

Entretanto, o crescimento significativo do consumo e a pressão da demanda para aumento da produção provocaram o aumento dos resíduos. Controlar os malefícios que estes desperdícios causam no meio ambiente tornou-se um difícil desafio.

Esses resíduos, sejam eles, sólidos, efluentes líquidos ou emissões gasosas, significam matérias-primas desperdiçadas nas etapas de produção e que, além de prejuízos econômicos, acarretam conseqüências desastrosas e, muitas vezes, irreparáveis ao meio ambiente.

Hoje se tornou fundamental a mudança de paradigma na produção, pois não há mais como ignorar os limites da capacidade de suporte do nosso planeta, já gravemente comprometidos pelas ações humanas.

Nesse contexto, desenvolveu-se um novo comportamento produtivo, que aproveita ao máximo as matérias-primas utilizadas no processo, evitando a geração dos resíduos durante a produção, que se designou Produção Mais Limpa. Por meio da P+L é possível observar a maneira como um processo de produção está sendo realizado e detectar em quais etapas deste processo as matérias-primas estão sendo desperdiçadas. Isso permite melhorar o seu aproveitamento e diminuir ou impedir a geração de resíduo.

O conceito de Produção Mais Limpa foi definido pelo PNUMA, no início da década de 1990, como a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva integrada aos processos, produtos e serviços com o intuito de aumentar a ecoeficiência e reduzir os riscos ao homem e ao meio ambiente.

No decorrer dos anos, o conceito de P+L foi ampliado, devido às pressões de ONG's, dos consumidores, da competição de mercado e de novos instrumentos de política pública. Passou a incorporar novas variáveis, critérios e princípios incluindo as questões sociais que estavam relegadas em relação às ambientais.

Produção Sustentável, portanto, representa a evolução do conceito de P+L. Entendemos seu conceito como sendo a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acreditamos que esta abordagem preventiva melhora a competitividade das empresas e reduz o risco para saúde humana e meio ambiente.

Essa nova abordagem vem sendo trabalhada em nível global, regional e nacional. Em nível mundial, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (UNDESA), por meio da Divisão de Desenvolvimento Sustentável lideram, juntamente com governos nacionais, agências de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil, entre outros atores, o Processo de Marrakech.

Esse processo, que teve início em 2003, como resposta ao Plano de Implementação de Johannesburgo (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável), tem como objetivo desenvolver um Marco de Programas, no período de 10 anos, que apóie iniciativas regionais e nacionais para transformar padrões de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

O Processo tem quatro fases:

1. Consultas Regionais para identificar prioridades e necessidades em PCS;
2. Elaboração de estratégias regionais e mecanismos de implementação;
3. Implementação de projetos concretos e programas em nível regional, nacional e local;
4. Avaliação do progresso, intercâmbio de informação e cooperação internacional.

Para apoiar a implementação dos projetos em PCS foram criados os Grupos de Trabalho de Marrakech com a participação de especialistas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes Grupos são iniciativas voluntárias coordenadas pelos governos que, em cooperação com outros países, se propõem a realizar um grupo de atividades concretas em nível nacional e regional que promovam mudanças nos padrões de PCS.

Já foram formados sete Grupos de Trabalho¹. O Brasil participa do Grupo sobre Turismo Sustentável, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e no Grupo de Compras Públicas Sustentáveis, é representado pelo Governo do Estado de São Paulo.

Além desses grupos, o Brasil está em conversações com o Canadá para a montagem de um novo Grupo de Trabalho, visando o apoio à Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Dentro do Processo de Marrakech o Brasil representa, neste momento, o Cone Sul no Conselho Latino Americano de Especialistas em PCS. Ademais, está sendo indicado, também, como representante Latino Americano no Conselho Internacional.

No âmbito do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), o Projeto Competitividade e Meio Ambiente (CyMA) contribuiu com avanços importantes no tema de Produção Mais Limpa. Este projeto se desenvolveu dentro de uma parceria entre o Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL nº 6 – Meio Ambiente (SGT-6) e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

O principal objetivo do Projeto Cyma foi o desenvolvimento de cooperação entre o setor público e privado visando o delineamento e a implementação de uma estratégia preventiva de aumento da competitividade e melhoria do desempenho ambiental, preferencialmente nas pequenas e média empresas.

O projeto foi desenvolvido em duas fases: a fase de orientação, entre 2002 e 2004 e a fase de implementação, entre 2004 e 2007. As atividades foram desenvolvidas em três áreas de trabalho:

- Desenho / Implementação de políticas e estratégias regionais de Gestão Ambiental e Produção mais Limpa;
- Divulgação de temas relevantes sobre Gestão Ambiental e Produção mais Limpa, assim como, diálogo entre Estados Parte, setores público e privado;

1. **1** 1.Cooperação com a África (liderado pela Alemanha); 2.Produtos Sustentáveis (Reino Unido); 3.Estilos de Vida Sustentáveis (Suécia); 4.Compras Públicas Sustentáveis (Suíça); 5.Turismo Sustentável (França); 6.Edifícios e Construções Sustentáveis (Finlândia); 7.Educação para o Consumo Sustentável (Itália).

- Desenvolvimento e aplicação de conceitos, instrumentos, metodologias e intercâmbio de experiências de Gestão Ambiental e Produção mais Limpa, prioritariamente em cadeias de valor de interesse comum.

O projeto, além de apoiar o processo para o consenso sobre as estratégias conjuntas e sua implementação em nível dos Estados Parte, também contribuiu para diminuir as assimetrias existentes, mediante a transferência de conhecimentos e da cooperação sul-sul. Essas ações se deram, particularmente, sobre os temas gestão ambiental, produção mais limpa e eco-eficiência.

As lições apreendidas com o Projeto Cyma também contribuíram para a elaboração do Plano de Ação em PCS para implementação no Mercosul. Este Plano já foi aprovado pelo SGT-6 e servirá de base para a construção dos Planos Nacionais dos países membros.

No Brasil, as principais metas do Projeto Cyma foram:

- Instituição e fortalecimento das instâncias de diálogo público e privado regionais, nacionais e estaduais sobre produção e consumo sustentáveis;
- Elaboração de Política Nacional de Produção Sustentável, Produção Mais Limpa e Ecoeficiência em consonância com a agenda internacional do Mercosul;
- Implantação da Rede Brasileira de Produção Sustentável, Produção Mais Limpa e Ecoeficiência;
- Ampliação da disseminação de conceitos e incentivo à aplicação e ao intercâmbio de metodologias de Produção Mais Limpa, Ecoeficiência e Produção Sustentável;
- Identificação de Impactos Ambientais em cadeias produtivas prioritárias e desenvolvimento de metodologias para a inserção ou aprimoramento de critérios ambientais em arranjos produtivos locais.

As principais conquistas do projeto foram a instituição, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Comitê Gestor de Produção Mais Limpa (Portaria nº 454, de 28/11/2003) e o estabelecimento de 9 Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa (Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco).

Após a avaliação final do Projeto CyMA, o Departamento de Economia e Meio Ambiente (DEMA), responsável pelo tema *Produção e Consumo Sustentável*, no âmbito do MMA, assumiu alguns desafios, como a criação da Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa, a ampliação dos Fóruns Estaduais e o fortalecimento do Comitê Gestor de Produção Mais Limpa.

Em sua reunião do dia 31/10/07, o Comitê Gestor de Produção Mais Limpa decidiu ampliar seu escopo de atuação, passando a denominar-se **Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável**. A estrutura de trabalho e as prioridades de ação que seguem já são fruto desta nova etapa de trabalho.

2 - Estrutura de Trabalho

Este Plano Nacional de Ação conta com as seguintes estruturas para execução de suas tarefas:

Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável – O Comitê Gestor deverá elaborar e implantar a Plano Nacional de Ação para a Produção e Consumo Sustentável, com base na prevenção, precaução, ecoeficiência, integração, responsabilidade continuada do produtor, direito público de informação, cooperação, controle democrático, responsabilidade e transparência e avaliação externa independente.

Esperar-se-á que o trabalho do Comitê Gestor promova mudanças de paradigma no processo produtivo por meio da construção de um espaço de diálogo entre as partes interessadas, não interferência nem coordenação das ações executadas pelos diferentes agentes e motivação de agentes públicos e privados para adoção das recomendações.

MMA - O Ministério do Meio Ambiente, por meio do DEMA (Departamento Economia e Meio Ambiente) assume o papel de secretaria executiva do comitê gestor de modo a coordenar, organizar, articular e apoiar as atividades do Comitê Gestor, além de apoiar os trabalhos dos fóruns para a implantação das ações em produção e consumo sustentável.

A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental- SMCQ, por meio da Diretoria de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM – atuará junto aos fóruns estaduais no desenvolvimento de trabalhos técnicos e capacitação dentro das diretrizes deste Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável.

Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa – Os fóruns caracterizam-se por: representação das partes interessadas nos Estados, participação democrática, diálogo, cooperação e parceria. Os Fóruns Estaduais são entidades autônomas, com organização própria e voluntária com os seguintes objetivos:

1. Melhorar a competitividade do setor produtivo em sua área de abrangência;
2. Consolidar e fortalecer a cooperação público-privada em Produção E Consumo Sustentável;
3. Articular rede de diálogo entre os diversos setores da economia para compartilhamento da informação;
4. Mobilizar os setores produtivos, governos e sociedade civil para a adoção de práticas de gestão que resultem em processos eco-eficientes;
5. Capacitar profissionais segundo a metodologia e os conceitos da Produção e Consumo Sustentável;
6. Favorecer a adoção de práticas de PCS em políticas públicas;
7. Desenvolver instrumentos de incentivo e promoção da Produção e Consumo Sustentável;
8. Consolidar e expandir a Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa no País;
9. Favorecer a inovação tecnológica e promover a transferência de tecnologias em Produção e Consumo Sustentável;
10. Subsidiar os trabalhos do Comitê Gestor e contribuir na elaboração do Plano Nacional de Ação de Produção e Consumo Sustentável.
11. Aperfeiçoar e simplificar o marco regulatório que incentive e facilite a implantação de PCS.

Os Fóruns Estaduais sistematizarão as suas experiências, seus projetos pilotos, dificuldades e desafios a fim de selecionar demandas para encaminhamento ao Comitê Gestor Nacional por meio da Rede de Fóruns, de forma a buscar soluções para os eventuais entraves.

Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa – A Rede de fóruns tem a função de articular as experiências dos diversos Fóruns Estaduais, servindo de facilitadora no intercâmbio de informações e instância de discussão para fortalecimento das ações de Produção e Consumo Sustentável. Atuará de forma cooperativa com o Comitê Gestor a fim de alcançar os objetivos do Plano Nacional de Ação para a Produção e Consumo Sustentável.

3 – Prioridades de Ação

O eixo central deste Plano Nacional de Ação é a definição de prioridades que viabilize o avanço das ações em Produção e Consumo Sustentável, dentro de uma estratégia acordada com todos os atores envolvidos. É função do Comitê Gestor Nacional assumir a condução destas prioridades, criando as condições no Brasil para uma efetiva mudança paradigmática no processo de produção e consumo. Estas prioridades deverão ser refletidas nos trabalhos dos Fóruns Estaduais.

Prioridade 1: Integração de Políticas Produtivas, de Consumo, Ambientais e Sociais
Atores: MMA (DEMA), MF, BNDES, MDIC, CNI

Ações:

- Elaborar propostas concretas para incorporar PCS em fóruns técnicos e políticos, conselhos nacionais e outras instâncias relevantes e tomadoras de decisões;
- Elaborar propostas de instrumentos econômicos para facilitar a adoção de PCS para bens e serviços;
- Fortalecer a articulação entre as políticas e os atores responsáveis nacionais, regionais e internacionais e outras instâncias com relação às ações de PCS;
- Identificar assimetrias em normas legais e políticas vigentes que incidam negativamente na promoção de PCS;
- Elaborar propostas e recomendações para a convergência entre as políticas nacionais de desenvolvimento e os objetivos de PCS.

Prioridade 2: Promoção do Diálogo e Cooperação entre Setores Produtivos, Governos e Sociedade Civil em Práticas de Produção e Consumo Sustentável

Atores: MMA (DEMA e DQAM), ABIPTI e FBOMS

Ações:

- Consolidação dos 9 Fóruns Estaduais de P+L;
- Ampliação dos Fóruns Estaduais de P+L para todos os estados da federação;
- Estruturação da Rede de Fóruns Estaduais de P+L;
- Estruturação de sistema de informações e comunicação em PCS;
- Impulsionar a adoção de práticas de PCS na administração pública, incluindo as compras públicas sustentáveis;
- Impulsionar as compras sustentáveis no setor privado.
- Incentivar a participação da sociedade civil nos fóruns estaduais.

Prioridade 3: Inovação e Difusão de Tecnologias em Produção e Consumo Sustentável

Atores: MCT e ABIPTI

Ações:

- Identificar oportunidades e sinergias para a inclusão de critérios de PCS em atividades de investigação, pesquisa e desenvolvimento;
- Promover o “ecodesign” com forma de incorporar critérios de PCS no ciclo de vida dos produtos;

- Propor a articulação de organismos nacionais de pesquisa com centros de referência internacionais sobre o tema.
- Propor instrumentos de incentivo para a adoção de PCS

Prioridade 4: Desenvolvimento de Indicadores em Produção e Consumo Sustentável
Atores: CNI, SENAI, CNTL, MDIC, CEBDS e FGV

Ações:

- Identificar os elementos do processo de produção e consumo que sinalizem mudanças comportamentais;
- Levantar dados para análise da sustentabilidade do processo de produção e consumo;
- Desenvolvimento de metodologias de construção de indicadores em PCS.

Prioridade 5: Divulgação e Capacitação em Produção e Consumo Sustentável
Atores: SEBRAE, SENAI, CNTL, FGV, MMA(DQAM), FBOMS e ABIPTI

Ações:

- Difundir conceitos, ferramentas e metodologias de PCS em âmbito nacional para setores produtivos, governos e sociedade civil;
- Sensibilizar organismos de educação formal e não-formal em conceitos de PCS;
- Elaborar guias e cursos para a formação técnica de agentes em PCS no âmbito da empresas.

Prioridade 6: Promoção de Iniciativas Voluntárias em PCS

Atores: FGV, CNI

Ações:

- Desenvolver atitudes preventivas em cadeias produtivas ou setores produtivos;
- Sensibilizar empresas-chave com potencial de divulgação de ações de PCS.

Prioridade 7: Aplicação das Convenções Internacionais relacionadas a PCS

Atores: MMA (DQAM), FBOMS

Ações:

- Acompanhar a evolução das convenções internacionais;
- Monitorar sua implementação nos processos de produção e consumo.

4 – Fases de Implantação

As seguintes fases são previstas para a construção deste plano:

Fase 1 – Identificação das prioridades, definição das propostas de trabalho e início das atividades. Validação das propostas de trabalho com os Fóruns Estaduais.

Prazo: Final de 2007

Fase 2 – Propostas de trabalho e atividades em estágio avançado de construção. Revisão do processo e redação do plano. Validação com os Fóruns Estaduais.

Prazo: julho de 2008

Fase 3 – Lançamento do plano em nível nacional.

Prazo: agosto/setembro de 2008

Fase 4 – Implantação e monitoramento por indicadores.

Prazo: cronograma de implantação a ser definido.